

RELATÓRIO SEMESTRAL DE DILIGÊNCIA E VERIFICAÇÃO DE LASTRO

sumário

1. INTRODUÇÃO.....	3
1.1. SOBRE O IPC.....	3
1.1.1. PRÓ-GESTÃO	4
2. CONTEXTO ECONÔMICO.....	4
3. REGULAMENTAÇÃO UTILIZADA.....	6
4. DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS.....	7
4.1. COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA	7
5. ACOMPANHAMENTO DE RENTABILIDADE.....	14
6. ANÁLISE DOS RISCOS.....	16
6.1. RISCO DE MERCADO	16
6.2. RISCO DE CRÉDITO	16
6.3. RISCO DE LIQUIDEZ	16
6.4. RISCO DE SOLVÊNCIA	17
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	17

1. INTRODUÇÃO

O Relatório Semestral de Diligência e Verificação de Lastro tem como objetivo evidenciar o acompanhamento das principais informações dos ativos presentes na carteira do **Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Cariacica - IPC**, em atendimento à regulamentação referente à gestão dos recursos dos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS, em especial a Resolução CMN nº 4.963/2021 e a Portaria MTP nº 1.467/2022 e seguindo a orientação do Manual do Pró-Gestão RPPS – Versão 4.0 – 04 de fevereiro de 2026.

Conforme preconiza o art. 1º da Resolução CMN nº 4.963/2021, procurou-se demonstrar que foram atendidos os princípios de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, motivação, adequação à natureza de suas obrigações e transparência, e que as atividades foram desenvolvidas com boa-fé, lealdade e diligência, além de ter seguido os mais elevados padrões éticos e de conduta.

O Relatório Semestral de Diligência e Verificação de Lastro utilizará como base para as análises a posição da carteira referente ao fim do mês de dezembro de 2025. A partir disso, serão analisados critérios referentes aos ativos investidos, em que serão analisadas informações como composição da carteira e risco dos fundos, além da aderência dos investimentos realizados à Política de Investimentos vigente.

1.1. SOBRE O IPC

O Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Cariacica (IPC) é uma autarquia municipal responsável pela gestão do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores efetivos do município. A entidade foi instituída pela Lei Complementar Municipal nº 002, de 29 de agosto de 1994, com a finalidade de administrar os recursos previdenciários e assegurar a concessão e manutenção dos benefícios de aposentadoria e pensão aos servidores públicos efetivos vinculados ao regime.

Posteriormente, por meio da Lei Complementar Municipal nº 012/2006, foram instituídos por via de segregação de massas, os Fundos Financeiro e Previdenciário, com o objetivo de reestruturar o financiamento do sistema previdenciário municipal e garantir a sustentabilidade no pagamento das aposentadorias e pensões dos segurados.

A estrutura administrativa foi posteriormente reorganizada pela Lei Complementar nº 028/2009, promovendo ajustes institucionais e operacionais na gestão do RPPS.

Atualmente, o IPC é regido pela Lei Complementar nº 160, de 29 de maio de 2025, que consolidou as normas previdenciárias do município de Cariacica - ES, atualizando o marco regulatório do RPPS e revogando disposições anteriores, em consonância com a legislação previdenciária vigente e com os princípios estabelecidos no artigo 40 da Constituição Federal.

1.1.1. PRÓ-GESTÃO

Desde a adesão ao Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (PRÓ-GESTÃO RPPS), em 2018, o IPC tem se empenhado em garantir a transparência e a prestação de contas da gestão, tendo obtido a certificação de Nível III em 10 de maio de 2019, posteriormente renovada em 5 de julho de 2022 e novamente em 2 de julho de 2025. Assim, atualmente o RPPS possui certificação de Nível III.

2. CONTEXTO ECONÔMICO

O segundo semestre de 2025 foi marcado por um ambiente econômico desafiador, apesar do desempenho relativamente favorável dos ativos, tanto no Brasil quanto no exterior. No cenário doméstico, a política monetária permaneceu restritiva, com a taxa Selic mantida em 15,00% ao ano, refletindo um contexto de inflação ainda resistente e expectativas desancoradas, o que exigiu a manutenção de uma postura cautelosa por período prolongado. A atividade econômica demonstrou resiliência, mesmo diante do elevado custo do crédito, sustentada por um mercado de trabalho ainda aquecido, embora já apresentasse sinais de moderação ao longo do período.

O quadro fiscal seguiu como um dos principais pontos de atenção, mantendo pressão sobre prêmios de risco e contribuindo para oscilações na curva de juros, especialmente nos vencimentos intermediários e longos. Esse cenário adicionou volatilidade aos ativos domésticos e reforçou a necessidade de seletividade nos investimentos, sobretudo em estratégias mais sensíveis à percepção de risco e às variações dos juros projetados.

No cenário internacional, os Estados Unidos reduziram os juros no segundo semestre de 2025, com três cortes consecutivos que levaram a taxa básica para o intervalo entre 3,50% e 3,75% a.a.. A flexibilização ocorreu apesar de a inflação ainda acima da meta, refletindo sobretudo a perda de força do mercado de trabalho e sinais de desaceleração da atividade. Como efeito, ampliou-se o diferencial de juros entre Brasil e EUA, o que foi positivo para o Brasil ao favorecer fluxos de capital para países emergentes e aliviar parte da pressão sobre ativos locais. Ainda assim, políticas comerciais mais restritivas do governo Trump, com tarifas sobre parceiros relevantes, elevaram a incerteza no comércio global e contribuíram para episódios de aversão ao risco.

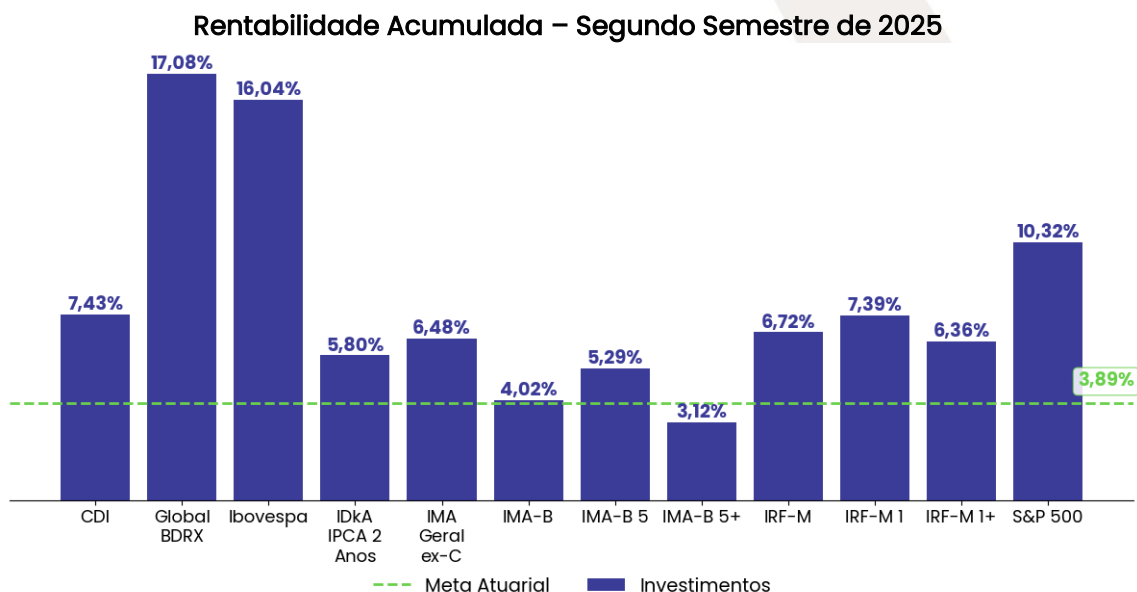
Na Europa, o crescimento seguiu moderado, com inflação mais comportada e recuperação desigual entre setores, sem aceleração relevante. Na China, persistiram desafios estruturais, com consumo interno enfraquecido e efeitos da crise imobiliária, em um ambiente de inflação baixa, com deflação ao consumidor e ao produtor em determinados momentos. O contexto geral manteve os ativos suscetíveis à volatilidade.

Em suma, o segundo semestre de 2025 combinou juros elevados, sensibilidade fiscal e cenário externo permeado por incertezas, mantendo os mercados sujeitos a notícias e culminando em frequentes reprecificações de ativos. Ainda assim, houve espaço para desempenho positivo em diferentes classes de ativos.

No que se refere ao desempenho dos investimentos no semestre, a renda fixa apresentou resultados positivos, com destaque para ativos mais conservadores e menos expostos às variações de prêmio de risco. O CDI acumulou 7,43% e o IRF-M 1 registrou 7,39%, ambos acima da meta atuarial do período. Também apresentaram desempenho relevante índices compostos por títulos prefixados com *duration* intermediária e longa, com o IRF-M e o IRF-M 1+ avançando 6,72% e 6,36%, respectivamente. Entre os índices indexados à inflação, os resultados foram mais contidos, com IDKa IPCA 2 Anos em 5,80%, IMA-B 5 em 5,29%, IMA-B em 4,02% e IMA-B 5+ em 3,12%.

Na renda variável, o Ibovespa se destacou com alta de 16,04% no semestre, evidenciando um período favorável para os ativos locais, impulsionado pela melhora

no apetite por risco e pelo suporte de resultados corporativos em parte do período. No exterior, o S&P 500 avançou 10,32%, mantendo trajetória positiva, enquanto o Global BDRX teve desempenho ainda mais expressivo, com alta de 17,08%, refletindo a combinação da valorização dos ativos internacionais e do efeito cambial ao longo do semestre.



Fonte: Quantum Axis e UNO.

3. REGULAMENTAÇÃO UTILIZADA

A Gestão de Investimentos do IPC é conduzida em conformidade com a legislação que rege as aplicações dos recursos financeiros no âmbito dos Regimes Próprios de Previdência Social, destacada a seguir:

- I. Resolução do Conselho Monetário Nacional – CNM nº 4.963/2021, que dispõe sobre as aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social instituídos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios;
- II. Portaria nº 1.467 de 06 de junho de 2022, do Ministério do Trabalho e Previdência, que disciplina os parâmetros e as diretrizes gerais para organização e funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em cumprimento à Lei nº 9.717, de 1998, à Lei nº 10.887, de 2004 e à Emenda Constitucional nº 103, de 2019;
- III. Política Anual de Investimentos do exercício de 2025.

4. DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

A carteira é gerida com atenção e dedicação pela gestão previdenciária, levando em conta os riscos derivados das mudanças econômicas nacionais e internacionais que impactam os mercados. O portfólio é estruturado para mitigar riscos e garantir, a médio e longo prazo, os recursos para os benefícios do IPC.

A carteira conta com 27 fundos de investimento, sendo 9 de renda fixa, 7 de renda variável, 6 no segmento de investimentos no exterior, 4 fundos multimercado e 1 Fundo de Investimento Imobiliário. Além disso, o RPPS possui títulos públicos comprados de forma direta e marcados na curva. O objetivo da diversificação é reduzir a exposição a um único risco, mercado ou indexador, otimizando a relação risco/retorno/liquidez e trazendo mais estabilidade aos resultados.

4.1. COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA

A Carteira de Investimentos do IPC, em dezembro, estava composta da seguinte forma, em consonância com as normas legais pertinentes e com a Política de Investimentos vigente:

ATIVO	SALDO (R\$)	PARTICIPAÇÃO S/ O TOTAL (%)	RESOLUÇÃO CMN - 4.963/2021
TÍTULOS PÚBLICOS	413.094.796,69	56,37%	7, I, "a"
BB IRF-M TP FI RF PREVID	64.272.545,54	8,77%	7, I "b"
BANESTES IRF-M I TP FI RENDA FIXA	30.800.125,99	4,20%	7, I "b"
CAIXA BRASIL 2030 II TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	9.569.280,65	1,31%	7, I "b"
CAIXA BRASIL IRF-M TP FI RF	7.338.417,93	1,00%	7, I "b"
BANESTES INVESTIMENTO PUBLICO AUTOMÁTICO FI RF	1.165.981,36	0,16%	7, I "b"
BANESTES LIQUIDEZ FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI	47.507.833,56	6,48%	7, III "a"
BANESTES ESTRATÉGIA FIC RENDA FIXA	20.683.980,10	2,82%	7, III "a"
MAG CASH FI RF LP	5.063.239,74	0,69%	7, III "a"
BB PERFIL FIC RF REF DI PREVIDENC	583.673,29	0,08%	7, III "a"
CAIXA BRASIL AÇÕES LIVRE QUANTITATIVO FIC AÇÕES	21.726.947,55	2,96%	8, I
PLURAL DIVIDENDOS FIA	13.322.914,40	1,82%	8, I
SAFRA MULTIDIVIDENDOS PB FIC DE FI EM AÇÕES	4.219.592,38	0,58%	8, I
QLZ MOS FIA	3.808.952,39	0,52%	8, I
CAIXA EXPERT VINCI VALOR DIVIDENDOS RPPS FIC AÇÕES	2.502.454,11	0,34%	8, I
AZ QUEST SMALL MID CAPS FIC AÇÕES	1.523.756,55	0,21%	8, I
BANESTES DIVIDENDOS FIC DE FIA	1.037.920,23	0,14%	8, I
BB NORDEA GLOBAL CLIMATE AND ENVIRONMENT IE FI AÇÕES	6.962.812,66	0,95%	9, II
GENIAL MS US GROWTH INVESTIMENTO NO EXTERIOR FIC AÇÕES	2.961.151,11	0,40%	9, II
SCHRODER SUSTENTABILIDADE AÇÕES GLOBAIS IE FIC AÇÕES	2.246.864,71	0,31%	9, II
GENIAL MS GLOBAL BRANDS IE FIC AÇÕES	2.038.910,36	0,28%	9, II
BB SCHRODER INVESTIMENTO NO EXTERIOR FI MULTIMERCADO	1.757.956,05	0,24%	9, II
CAIXA INSTITUCIONAL BDR NÍVEL I FI AÇÕES	19.194.360,10	2,62%	9, III
RIO BRAVO PROTEÇÃO DINÂMICO FI MULT - RESP. LIMITADA	13.695.954,60	1,87%	10, I
CAIXA BRASIL ESTRATÉGIA LIVRE FIC MULTIMERCADO LP	12.571.271,66	1,72%	10, I
ICATU VANG IGARATE LONG BIASED FIM	10.959.411,83	1,50%	10, I
CAIXA BOLSA AMERICANA FI MULTIMERCADO LP	10.487.725,88	1,43%	10, I
CAIXA RIO BRAVO FUNDO DE FUNDOS FII	1.732.500,00	0,24%	11
Total	732.831.331,42	100,00%	-

Fonte: UNO – dezembro/2025.

Com relação aos enquadramentos, a carteira de Investimentos do IPC possui a seguinte distribuição:

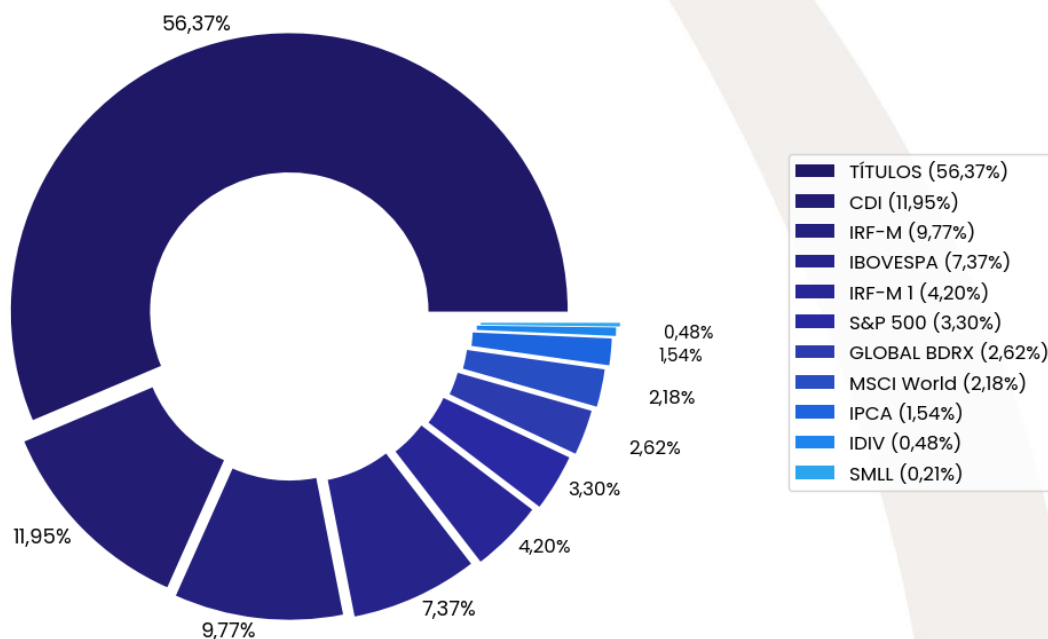
ESTRATÉGIA DE ALOCAÇÃO – POLÍTICA DE INVESTIMENTO 2025						
Seg.	Tipo de Ativo	Saldo (12/2025) (R\$)	Saldo (12/2025) (%)	Limite Inferior	Estratégia Alvo	Limite Superior
Renda Fixa	7º I “a” – Títulos de emissão do TN	413.094.796,69	56,37%	40,00%	60,00%	80,00%
	7º I “b” – FI RF Ref 100% títulos TN	113.146.351,47	15,44%	5,00%	10,00%	50,00%
	7º III “a” – FI de Renda Fixa	73.838.726,69	10,08%	0,00%	5,00%	40,00%
	Total Renda Fixa	600.079.874,85	81,89%	45,00%	80,00%	100,00%
Renda Variável	8º I – FI em Ações	48.142.537,61	6,57%	2,00%	8,00%	20,00%
	Total Renda Variável	48.142.537,61	6,57%	2,00%	8,00%	20,00%
Exterior	9º II – Investimento no Exterior	15.967.694,89	2,18%	0,00%	3,00%	10,00%
	9º III – Ações – BDR Nível I	19.194.360,10	2,62%	0,00%	4,00%	10,00%
	Total de Exterior	35.162.054,99	4,80%	0,00%	7,00%	10,00%
Estruturado	10 I – Multimercado	47.714.363,97	6,51%	0,00%	4,00%	15,00%
	Total de Estruturados	47.714.363,97	6,51%	0,00%	4,00%	15,00%
Imobiliário	Art. 11 – Fundos Imobiliários	1.732.500,00	0,24%	0,00%	1,00%	4,00%
	Total de Imobiliário	1.732.500,00	0,24%	0,00%	1,00%	4,00%
Total PL		732.831.331,42	100,00%	47,00%	100,00%	100,00%

Fonte: UNO e PIN 2025 – dezembro/2025.

Em relação à diversificação, os investimentos do IPC estão distribuídos em diferentes perfis e fatores de risco, que não sofreram grandes alterações durante o semestre, com a maior parte da carteira se mantendo alocada diretamente em títulos públicos federais (Artigo 7º, Inciso I, Alínea “a”).

Abaixo estão os fatores de risco aos quais o IPC esteve exposto durante o segundo semestre de 2025:

Distribuição por Benchmark



Fonte: UNO – dezembro/2025

Distribuição por Benchmark	jul/25	ago/25	set/25	out/25	nov/25	dez/25
TÍTULOS	55,29	55,66	55,67	55,68	55,48	56,37
CDI	12,59	12,00	11,96	12,10	13,28	11,95
IRF-M	10,38	10,44	10,37	10,15	10,12	9,77
IBOVESPA	6,94	7,21	7,27	7,25	6,44	7,37
IRF-M 1	4,31	4,32	4,29	4,26	4,28	4,20
S&P 500	3,26	3,30	3,34	3,37	3,35	3,30
GLOBAL BDRX	2,59	2,55	2,60	2,69	2,61	2,62
MSCI World	2,38	2,29	2,25	2,26	2,15	2,18
IPCA	1,62	1,58	1,56	1,56	1,56	1,54
IDIV	0,45	0,47	0,48	0,47	0,50	0,48
SMLL	0,19	0,21	0,21	0,21	0,22	0,21

Fonte: UNO

Foi realizada a abertura das carteiras dos fundos investidos, identificando onde, de fato, os recursos do IPC estão alocados e qual o real nível de risco incorrido pela carteira. A partir daí, esses ativos foram consolidados com o objetivo de verificar onde

os recursos estão investidos. A tabela abaixo apresenta as 40 maiores posições da carteira do IPC que, somadas, representam mais de 90% dos recursos:

Nome do Ativo	Valor do Ativo (mil R\$)	Participação do Ativo
Títulos Públicos / adquiridos diretamente*	413.094,80	56,37%
Operações Compromissadas - LFT - Venc.: 01/12/2031	41.669,18	5,69%
Ações (omitidas)	17.224,82	2,35%
LTN - Venc.: 01/07/2027	15.044,67	2,05%
LFT - Venc.: 01/03/2027	14.088,71	1,92%
Operações Compromissadas - LTN - Venc.: 01/01/2029	10.459,39	1,43%
LTN - Venc.: 01/07/2026	10.392,87	1,42%
NTN-B - Venc.: 15/08/2030	9.778,94	1,33%
Cotas de Fundos (omitidas)	9.640,57	1,32%
Outros Valores a receber	9.003,89	1,23%
LTN - Venc.: 01/01/2026	8.381,15	1,14%
LFT - Venc.: 01/12/2031	8.209,46	1,12%
Investimento no Exterior - NORDEA I - CLIMATE AND ENVIRONMENT EQUIT	6.836,38	0,93%
LFT - Venc.: 01/09/2027	6.283,36	0,86%
Operações Compromissadas - LFT - Venc.: 01/09/2029	6.282,26	0,86%
LTN - Venc.: 01/01/2029	6.048,17	0,83%
LFT - Venc.: 01/03/2030	5.972,55	0,81%
LFT - Venc.: 01/12/2030	5.799,02	0,79%
NTN-F - Venc.: 01/01/2031	4.958,19	0,68%
Operações Compromissadas - LFT - Venc.: 01/03/2026	4.657,80	0,64%
NTN-F - Venc.: 01/01/2029	3.489,04	0,48%
LFT - Venc.: 01/03/2029	3.411,98	0,47%
NTN-F - Venc.: 01/01/2035	3.270,81	0,45%
LFT - Venc.: 01/06/2030	2.955,53	0,40%
Investimento no Exterior - MS INVF US Growth Z - Venc.: 19/10/2020	2.951,60	0,40%
LTN - Venc.: 01/10/2026	2.896,90	0,40%
Outros Certificados ou recibos de depósito de valores mobiliários	2.705,01	0,37%
Operações Compromissadas	2.592,52	0,35%
LFT - Venc.: 01/09/2026	2.534,96	0,35%
LTN - Venc.: 01/04/2026	2.518,20	0,34%
LFT - Venc.: 01/03/2026	2.461,59	0,34%
Títulos Públicos (omitidos)	2.385,85	0,33%
Investimento no Exterior - SCHRODER GLOB SUST G	2.225,42	0,30%
LTN - Venc.: 01/01/2030	2.083,30	0,28%
LTN - Venc.: 01/01/2032	2.079,69	0,28%
Operações Compromissadas - LFT - Venc.: 01/03/2030	2.070,15	0,28%
Investimento no Exterior - Global Brands Eq IFZ - Venc.: 10/08/2020	2.017,39	0,28%
LTN - Venc.: 01/04/2027	1.973,78	0,27%
LTN - Venc.: 01/01/2028	1.973,43	0,27%
Brazilian Depository Receipt - BDR - NVDC34	1.933,63	0,26%

Fonte: Quantum Axis e UNO – 40 maiores posições consolidadas (31/12/2025)

Obs: Respaldados nas regras da Resolução CVM nº 175, alguns fundos investidos pelo RPPS têm suas carteiras recentes omitidas, o que prejudica a consolidação ao fechamento de dezembro.

**A posição em "Títulos Públicos / adquiridos diretamente" são NTN-Bs adquiridas de maneira direta pelo RPPS, conforme a tabela abaixo.*

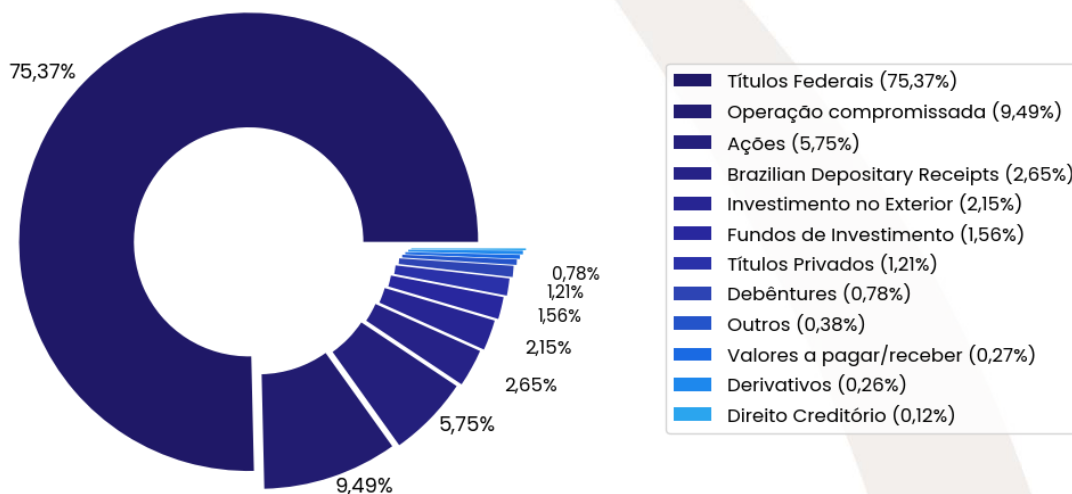
Título	Vencimento	Saldo (R\$)	% PL
NTN-B 2035	15/05/2035	115.374.257,73	15,74%
NTN-B 2040	15/08/2040	87.286.548,95	11,91%
NTN-B 2045	15/05/2045	82.500.837,84	11,26%
NTN-B 2050	15/08/2050	68.256.686,84	9,31%
NTN-B 2055	15/05/2055	7.465.447,96	1,02%
NTN-B 2060	15/08/2060	52.211.017,37	7,12%
TOTAL		413.094.796,69	56,37%

Fonte: UNO – dezembro/2025

Considerando a carteira consolidada, observamos que 75,37% dos recursos do IPC são investidos em títulos públicos federais de forma direta e indireta (através da aplicação em fundos de investimento) e 9,49% em operações compromissadas lastreados em títulos públicos federais. Ou seja, o lastro final de 84,86% dos recursos investidos pelo RPPS é o Tesouro Nacional. O risco de crédito destes títulos é considerado o menor do mercado brasileiro (risco soberano).

Além disso, há posição de ações (5,75%), Brazilian Depositary Receipts – BDR (2,65%), que são certificados negociados na bolsa de valores do Brasil mas representam ações emitidas por empresas sediadas em outros países, como, NVDC34 (0,26%), AAPL34 (0,25%), MSFT34 (0,22%) AMZO34 (0,15%), GOGL34 (0,11%), entre outras com posições abaixo de 0,10%. Também há investimentos no exterior (2,15%), representando fundos de gestoras estrangeiras, como Nordea, Morgan Stanley e Schroders, fundos de investimento cujas carteiras não estão disponíveis (1,56%), ativos de emissão bancária (1,21%), debêntures (0,78%), além de ativos classificados como "outros" (0,38%) e participações marginais em valores a pagar/receber (0,27%), derivativos (0,26%) e direito creditório (0,12%).

Distribuição por Tipo de Ativo

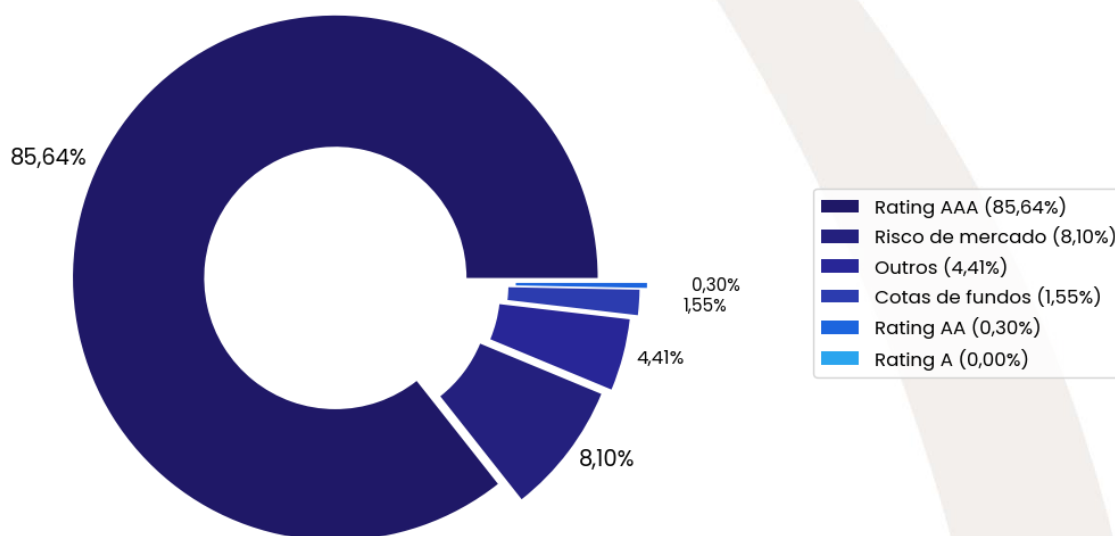


Fonte: Quantum Axis e UNO – Dezembro/2025.

Com relação ao risco de crédito, destacamos que a carteira consolidada do IPC possui 85,64% dos recursos investidos em ativos classificados como AAA, considerando títulos privados e títulos de emissão do Tesouro Nacional, com classificação equivalente ao *rating* soberano do país, os quais são considerados como os de menor risco de crédito do mercado brasileiro. Ademais, 8,09% são classificados como “risco de mercado”, pois referem-se a investimentos em ações, BDRs e derivativos que não apresentam risco de crédito nas aplicações. Também há ativos classificados como “outros” (4,41%), cotas de fundos (1,55%) e ativos classificados como AA (0,30%).

O gráfico abaixo demonstra o nível de risco incorrido nas aplicações do IPC:

Distribuição por Rating de Crédito



Fonte: Quantum Axis e UNO.

5. ACOMPANHAMENTO DE RENTABILIDADE

A seguir é apresentada tabela com os retornos auferidos mensalmente e o acumulado ao longo do semestre, em valores em reais e em percentual. Da mesma forma, a meta atuarial é apresentada com periodicidade mensal e acumulada. O IPC atingiu 160,66% da meta atuarial no segundo semestre de 2025, com rentabilidade de 6,25% contra uma meta atuarial de 3,89%.

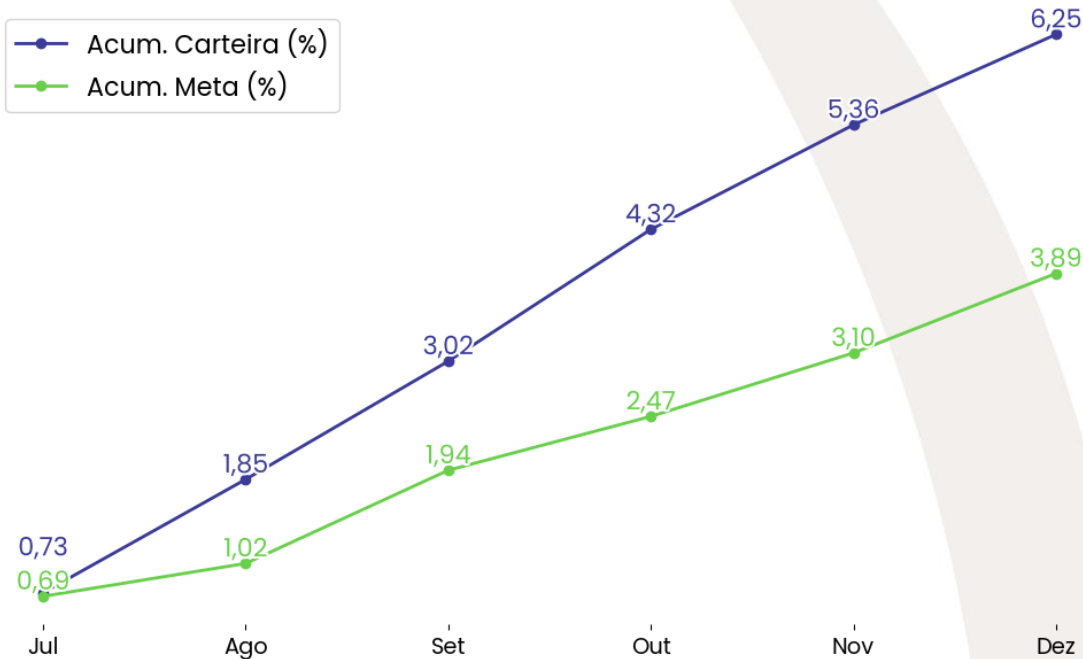
O desempenho da carteira foi influenciado positivamente principalmente pelo percentual alocado de forma direta em títulos emitidos pelo Tesouro Nacional, que são marcados na curva, mas também por fundos atrelados ao CDI, os quais entregaram performance superior à meta no período devido ao patamar da taxa Selic, e por fundos de ações.

Conforme exposto na seção referente ao contexto econômico, fundos de renda fixa mais conservadores, em geral, superaram a meta atuarial no semestre, dado o alto patamar de juros.

Fundos de ações, por sua vez, se destacaram no período, em reflexo ao desempenho

favorável da bolsa de valores do Brasil, assim como fundos de BDR, que foram impulsionados não apenas pelo desempenho dos ativos internacionais, mas também pela desvalorização do dólar frente ao real.

Rentabilidade Acumulada da Carteira – Segundo Semestre de 2025



Rentabilidade x Meta (%)					
Mês	Carteira mês	Meta mês	Acum. Carteira	Acum. Meta	Atingimento
Jul	0,73	0,69	0,73	0,69	105,18
Ago	1,11	0,32	1,85	1,02	181,75
Set	1,15	0,91	3,02	1,94	155,64
Out	1,27	0,52	4,32	2,47	174,84
Nov	0,99	0,61	5,36	3,10	172,78
Dez	0,85	0,76	6,25	3,89	160,66

Período	Saldo Anterior (R\$)	Aplicação (R\$)	Resgate (R\$)	Amortização (R\$)	Rent. (R\$)	Saldo Final (R\$)
2º semestre 2025						
Julho	659.855.651,95	116.012.418,09	106.461.408,23	14.750,00	4.828.664,75	674.218.746,54
Agosto	674.218.746,54	24.524.177,72	18.601.474,05	5.952.569,84	7.220.954,15	681.409.834,49
Setembro	681.409.834,49	18.340.668,39	13.639.799,53	14.750,00	8.185.793,24	694.281.746,59
Outubro	694.281.746,59	19.169.864,50	14.452.447,85	14.750,00	8.870.913,52	707.855.326,76
Novembro	707.855.326,76	39.297.992,62	36.143.722,44	5.694.753,49	6.746.243,99	712.075.837,44
Dezembro	712.075.837,44	44.908.478,74	30.607.836,92	14.750,00	6.484.352,16	732.831.331,42
Total		262.253.600,06	219.906.689,02	11.706.323,33	42.336.921,81	

Fonte: UNO.

6. ANÁLISE DOS RISCOS

6.1. RISCO DE MERCADO

Através do sistema UNO, o IPC mantém acompanhamento mensal de indicadores como volatilidade, VaR, Treynor, Sharpe e Drawdown dos fundos investidos e da carteira consolidada, além do acompanhamento da rentabilidade histórica dos fundos, comparando-os com seus respectivos *benchmarks*, a fim de mensurar qualquer distorção do fundo com o mercado no qual atua.

6.2. RISCO DE CRÉDITO

A mensuração do risco de crédito foi realizada no item 4.1 deste relatório.

6.3. RISCO DE LIQUIDEZ

A carteira conta com uma razoável condição de liquidez, uma vez que grande parte dos recursos (56,37%) está alocada em títulos públicos comprados diretamente e marcados na curva, ou seja, indicam a intenção dos gestores de levar os ativos até os seus respectivos vencimentos. Há títulos com vencimentos de médio e longo prazo.

No que se refere aos demais ativos investidos, com exceção do fundo de vértice com carência até agosto de 2030, os fundos que disponibilizam os recursos em prazo mais longo o fazem em até 32 dias úteis. Ou seja, mesmo desconsiderando a possibilidade de venda dos títulos públicos a mercado, dentro do intervalo de 32 dias úteis o IPC consegue converter 42% do seu patrimônio em caixa e 33% em até três dias úteis (D+3), contribuindo para atender à liquidez necessária para o plano de benefícios e para alinhar o fluxo de recursos entre as obrigações e os investimentos do RPPS.

Vale destacar que a aplicação em títulos públicos, bem como sua marcação na curva, encontra-se respaldada em estudos técnicos de compatibilidade dos vencimentos dos títulos com a necessidade atuarial do IPC, como o estudo ALM. Dessa forma, consideramos que o nível de liquidez dos investimentos é compatível com as necessidades presentes e futuras do regime.

6.4. RISCO DE SOLVÊNCIA

Visando manter o acompanhamento da situação atuarial, o IPC elabora anualmente o Relatório de Avaliação Atuarial, através da contratação de uma empresa especializada para tal (ETA Atuarial). Além disso, o RPPS elabora anualmente o estudo ALM, que busca analisar a situação do fluxo atuarial, indicar uma taxa de retorno que mantenha o equilíbrio durante a vigência do regime e sugerir uma composição de carteira que entregue o melhor nível de solvência em diversos cenários.

Considerando os fluxos de caixa projetados, observa-se que o IPC conviverá com sucessivos fluxos de caixa negativos a partir de 2035, oriundos da necessidade de pagar suas obrigações previdenciárias que são crescentes. Contudo, considerando o resultado dos investimentos (ganhos de mercado), o fluxo se tornará negativo a partir de 2066, e tal situação seria suficiente para manter a solvência do regime até o seu final caso a rentabilidade necessária (taxa real de 5,18%) seja atingida. Dessa forma, desde que as premissas sejam mantidas, o RPPS apresenta baixo risco de solvência, especialmente para o horizonte de curto e médio prazo.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, destacamos que a carteira do IPC no segundo semestre não teve grandes mudanças em sua estratégia, mantendo grande percentual alocado em ativos “garantidores” de meta, especialmente títulos públicos federais adquiridos diretamente e marcados na curva (artigo 7º, Inciso I, Alínea “a”).

No que se refere ao desempenho da carteira, a estratégia adotada proporcionou rentabilidade superior à meta atuarial no período, assim como uma baixa volatilidade, especialmente por conta dos títulos marcados na curva e dos fundos DI. Outro destaque positivo no que diz respeito à rentabilidade adveio dos fundos de ações, tendo em vista o desempenho do mercado acionário brasileiro. Logo, os ativos que compõem a carteira do IPC, dos quais tivemos acesso, não possuem irregularidades e tiveram desempenho condizente com o contexto do semestre.

Vitor Leitão

Consultor de Investimentos